Governo do Estado de Roraima
Instituto de Previdência do Estado de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

ATA

ATA DA 727ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - COINV

Aos 11 dias do mês de junho de 2026, às 14h, realizou-se reunião por meio de videoconferência, com a participação dos membros do Comitê de Investimentos - COINV, com a finalidade de apresentação das diretrizes da nova gestão e prestação de esclarecimentos técnicos sobre a carteira de investimentos do Instituto.

1. PRESENÇAS

Participaram da reunião os membros abaixo relacionados:

- Bruno Conti Sequeira Leite e Silva - Presidente;
- Camila Cavalcante Lima - Membra;
- Kelvem Márcio Melo de Almeida - Membro;
- Patrik Coelho de Oliveira - Membro;
- Sissi Maria Passelli Terossi - Membra; e
- Aline Cristina Dantas Cardoso - Secretária.

2. ORDEM DO DIA

I - Apresentação do novo Diretor de Investimento, Arrecadação e Atuarial do Instituto de Previdência do Estado de Roraima - IPER;

II - Apresentação do direcionamento estratégico da carteira de investimentos da nova gestão, contemplando o cenário econômico, as perspectivas de alocação dos recursos previdenciários e as estratégias de gestão dos ativos; e

III - Discussão acerca das aplicações diretas em títulos públicos federais, incluindo os aspectos operacionais, jurídicos e regulatórios relacionados à sua execução.

3. DESENVOLVIMENTO

O Presidente do Comitê, Bruno Conti Silva, iniciou a reunião dando as boas-vindas ao novo Diretor de Investimento, Arrecadação e Atuarial do IPER, Wemerson Quéfren, destacando a importância do encontro para apresentação do direcionamento estratégico da nova gestão quanto à administração da carteira de investimentos do Instituto.

Na sequência, Wemerson Quéfren apresentou as diretrizes que nortearão a condução da carteira de investimentos, enfatizando a adoção de estratégias voltadas à segurança, eficiência e ao cumprimento da meta atuarial, especialmente por meio da ampliação gradual da participação de títulos públicos federais na composição dos investimentos, observadas as normas vigentes e as oportunidades de mercado.

Ao abordar as aplicações diretas em títulos públicos federais, Wemerson Quéfren explicou que, nas operações anteriormente realizadas, eram solicitadas cotações às instituições financeiras previamente credenciadas, sendo escolhida aquela que apresentasse as melhores condições financeiras ao Instituto, sempre observando a exigência de obtenção de, no mínimo, três propostas. Esclareceu, ainda, que, por decisão técnica, a custódia dos títulos permanecia no Banco do Brasil, com o objetivo de evitar questionamentos jurídicos e regulatórios, diferenciando a atividade de custódia da intermediação das operações.

Na continuidade, Bruno Conti Silva e Wemerson Quéfren discutiram as limitações decorrentes do parecer jurídico vigente acerca da aquisição direta de títulos públicos federais. Foi ressaltada a necessidade de aprofundamento da análise técnica e jurídica para verificar a viabilidade de eventual revisão do entendimento atualmente adotado, de modo a possibilitar futuras operações sem comprometer a segurança jurídica do Instituto.

Prosseguindo, Wemerson Quéfren apresentou avaliação do cenário econômico, destacando as recentes oscilações da curva de juros, as perspectivas para a taxa Selic e o ambiente considerado favorável para aquisição de títulos públicos federais. Destacou, contudo, que as limitações impostas pelo calendário de leilões do Banco Central reduzem a flexibilidade operacional e podem impedir o aproveitamento de oportunidades de mercado decorrentes das variações das taxas de juros.

O Diretor informou, ainda, que aproximadamente R$ 361 milhões, atualmente investidos no Fundo Vértice 2026, retornarão ao caixa do Instituto em razão do vencimento do fundo, previsto para agosto de 2026. Diante desse cenário, apresentou, como estratégia preliminar, a proposta de realocação desses recursos em Fundo Vértice com vencimento em 2028, considerando que essa alternativa proporciona menor volatilidade à carteira, preserva rentabilidade compatível com os objetivos atuariais e permite prazo adicional para amadurecimento da estrutura necessária às futuras aquisições diretas de títulos públicos.

Durante os debates, Bruno Conti Silva questionou sobre eventual existência de propostas já encaminhadas para a destinação desses recursos, sendo informado por Wemerson Quéfren que os estudos técnicos ainda serão formalmente elaborados e posteriormente submetidos à apreciação dos órgãos competentes.

Na oportunidade, Bruno Conti Silva mencionou a previsão de implantação de relatório mensal circunstanciado das movimentações da carteira de investimentos, medida voltada ao fortalecimento da governança e da transparência na prestação de informações aos órgãos colegiados. Sobre o tema, Kelvem Melo registrou recordar da discussão realizada no âmbito do Pró-Gestão, ficando consignado que a matéria será acompanhada pela Diretoria.

Na sequência, Wemerson Quéfren apresentou análise da composição atual da carteira de investimentos, observando que a Política de Investimentos estabelece percentual significativo destinado aos títulos públicos federais, estratégia que, em sua avaliação, representa maior segurança para o patrimônio previdenciário diante do cenário econômico vigente.

Ainda durante a reunião, Wemerson Quéfren informou que realizará estudos acerca da utilização de ETF de títulos públicos federais, recentemente contemplados na regulamentação aplicável, a fim de avaliar sua viabilidade operacional, custos e eventual utilização como alternativa de investimento para o Instituto.

Ao final das discussões, Camila Cavalcante Lima agradeceu a disponibilidade e os esclarecimentos prestados por Wemerson Quéfren, colocando-se à disposição para contribuir com os trabalhos do Comitê.

Em seguida, Bruno Conti Silva reiterou o compromisso do COINV em atuar de forma integrada com a gestão do Instituto, colocando o Comitê à disposição para colaborar tecnicamente na construção de soluções que fortaleçam a administração da carteira de investimentos.

Por sua vez, Wemerson Quéfren agradeceu a receptividade, reafirmou o compromisso da Diretoria em atuar de forma transparente e colaborativa e destacou que, após o aprofundamento dos estudos técnicos e jurídicos, retornará ao Comitê para apresentar propostas e alternativas que permitam o aproveitamento das oportunidades de mercado, sempre observando a segurança jurídica, a legislação aplicável e o interesse do Instituto.

4. DELIBERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Ao final das discussões, restaram definidos os seguintes encaminhamentos:

- aprofundar os estudos técnicos e jurídicos acerca da viabilidade das aplicações diretas em títulos públicos federais;
- avaliar a possibilidade de revisão ou pedido de reconsideração do parecer jurídico atualmente vigente, caso os estudos demonstrem fundamento técnico e jurídico para tanto;
- manter os estudos visando à realização de operações com manutenção da custódia dos títulos no Banco do Brasil, como alternativa para viabilizar futuras aquisições diretas;
- elaborar proposta de realocação dos recursos provenientes do vencimento do Fundo Vértice 2026, tendo como estratégia inicial a migração para Fundo Vértice 2028, a ser submetida oportunamente à apreciação dos órgãos competentes;
- realizar estudos sobre a utilização de ETF de títulos públicos federais como possível alternativa de investimento;
- dar continuidade às ações destinadas ao aumento gradual da participação de títulos públicos federais na carteira de investimentos, observadas as diretrizes da Política de Investimentos e da legislação vigente; e
- acompanhar a implementação de relatório mensal circunstanciado das movimentações da carteira de investimentos, visando ao fortalecimento da governança e da transparência perante os órgãos colegiados.

5. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às 14h58. Para constar, eu, Aline Cristina Dantas Cardoso, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Conti Sequeira Leite e Silva**, **Presidente do Comitê de Investimento**, em 15/07/2026, às 13:45, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Kelvem Márcio Melo de Almeida**, **Membro do COINVEST**, em 15/07/2026, às 13:47, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Patrik Coelho de Oliveira**, **Membro do COINVEST**, em 15/07/2026, às 14:11, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Cavalcante Lima**, **Membro do Comitê de Investimentos**, em 15/07/2026, às 14:13, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Aline Cristina Dantas Cardoso**, **Secretária do Comitê de Investimentos**, em 15/07/2026, às 14:25, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Sissi Maria Passelli Terossi**, **Membro do COINVEST**, em 15/07/2026, às 15:04, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço https://sei.rr.gov.br/autenticar informando o código verificador **23277683** e o código CRC **9AD658B4**.

Governo do Estado de Roraima
Instituto de Previdência do Estado de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

ATA

ATA DA 728ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - COINV

Aos 18 dias do mês de junho de 2026, às 14h, realizou-se reunião por meio de videoconferência, com a participação dos membros do Comitê de Investimentos - COINV, com a finalidade de apreciação de matéria de natureza administrativa e técnica, compreendendo a análise da manifestação elaborada pelo Comitê em atendimento à Comissão de Modernização da Legislação Previdenciária, bem como a apresentação de informes relacionados às atividades e aos processos em andamento no âmbito do Comitê de Investimentos.

1. PRESENÇAS

Participaram da reunião os membros abaixo relacionados:

- Bruno Conti Sequeira Leite e Silva - Presidente;
- Camila Cavalcante Lima - Membra;
- Kelvem Márcio Melo de Almeida - Membro;
- Patrik Coelho de Oliveira - Membro;
- Sissi Maria Passelli Terossi - Membra; e
- Aline Cristina Dantas Cardoso - Secretária.

2. ORDEM DO DIA

I - Apresentação da resposta elaborada pelo COINV ao despacho da Comissão de Modernização da Legislação Previdenciária referente à proposta de alteração da Lei Complementar n. 216, de 29 de julho de 2013;

II - Deliberação sobre a aprovação da manifestação técnica e autorização para seu encaminhamento à Comissão de Modernização da Legislação Previdenciária; e

III - Informes administrativos acerca das atividades do Comitê de Investimentos.

3. DESENVOLVIMENTO

O Presidente Bruno Conti Silva declarou aberta a reunião ordinária e informou que a pauta consistia na apresentação da manifestação elaborada pelo Comitê em atendimento ao despacho da Comissão de Modernização da Legislação Previdenciária, referente ao processo de alteração da Lei Complementar n. 216, de 2013, que disciplina o funcionamento do Comitê de Investimentos.

Na sequência, foi concedida a palavra ao membro Kelvem Marcio Melo de Almeida, responsável pela apresentação da manifestação técnica.

Kelvem Marcio Melo de Almeida esclareceu que a proposta de alteração legislativa já havia sido debatida e deliberada durante a gestão anterior, tendo o processo retornado à origem para complementação da

instrução processual mediante apresentação de documentos e justificativas solicitados pela Comissão de Modernização.

Informou que a manifestação contemplava resposta aos itens constantes do despacho, compreendendo a disponibilização do calendário anual de reuniões ordinárias, das atas do período solicitado, dos pareceres, notas técnicas, relatórios e demais documentos produzidos pelo Comitê, além da indicação dos respectivos processos administrativos.

Em relação à justificativa para a previsão de até oito reuniões ordinárias mensais, Kelvem Marcio Melo de Almeida apresentou os fundamentos utilizados na manifestação, destacando:

- a existência de previsão regimental atualmente vigente;
- a relevância institucional do Comitê de Investimentos no âmbito da governança do Regime Próprio de Previdência Social;
- as exigências de governança, gestão de riscos e controle estabelecidas pela legislação aplicável e pelo Programa Pró-Gestão RPPS;
- a necessidade de acompanhamento contínuo da carteira de investimentos, dos cenários macroeconômicos, dos indicadores de risco, dos credenciamentos, das propostas de alocação e realocação de recursos e do enquadramento das aplicações financeiras;
- a harmonização normativa com os demais órgãos colegiados do Instituto, especialmente o Conselho Estadual de Previdência e o Conselho Fiscal; e
- a inexistência de criação de novas despesas ou ampliação de atribuições, tendo a proposta apenas a finalidade de conferir maior segurança jurídica e compatibilizar a legislação com a efetiva atuação do Comitê.

Ao final da apresentação, Kelvem Marcio Melo de Almeida esclareceu que a manifestação não promovia qualquer inovação em relação ao mérito da proposta anteriormente deliberada, limitando-se à complementação da instrução processual mediante apresentação das evidências e justificativas solicitadas pela Comissão de Modernização.

Encerrada a exposição, Bruno Conti Silva informou que o processo teve início na gestão anterior e que, até o momento, não havia definição acerca da posição da nova gestão quanto ao prosseguimento da proposta legislativa. Ressaltou que o Comitê deveria cumprir sua atribuição institucional, promovendo o encaminhamento da manifestação técnica para possibilitar a continuidade da análise pela Comissão de Modernização da Legislação Previdenciária.

Aberta a palavra aos membros, Camila Cavalcante manifestou concordância com o conteúdo apresentado, informando não possuir ressalvas ou sugestões de alteração.

Diante da concordância dos presentes, ficou consignado que a manifestação seria assinada pelos membros do Comitê e posteriormente encaminhada à Comissão de Modernização da Legislação Previdenciária para prosseguimento da tramitação do processo.

Na sequência, Bruno Conti Silva apresentou informes administrativos, comunicando que o relatório mensal de investimentos referente ao mês de maio já se encontrava disponível para análise. Informou que a elaboração do parecer técnico correspondente permaneceria sob responsabilidade de Camila Cavalcante, com previsão de apresentação na reunião subsequente.

Aline Cardoso confirmou que toda a documentação referente ao relatório já havia sido disponibilizada no respectivo processo administrativo.

Em seguida, foram tratadas as apresentações dos relatórios perante os Conselhos do Instituto, ocasião em que Kelvem Marcio Melo de Almeida solicitou o envio do material anteriormente utilizado nas apresentações, a fim de manter a padronização dos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê.

Ainda durante os informes, Kelvem Marcio Melo de Almeida registrou que as atas das reuniões do Comitê não estavam integralmente atualizadas no Portal da Transparência, sugerindo a adoção das providências necessárias para regularização das publicações. Em resposta, Bruno Conti Silva informou que buscaria esclarecimentos junto à unidade responsável, considerando as recentes alterações administrativas ocorridas no Instituto.

Por fim, Bruno Conti Silva informou que a organização da distribuição dos processos entre os membros do Comitê seria reestruturada mediante manutenção de listas específicas por natureza processual, com o objetivo de proporcionar maior equilíbrio na distribuição dos trabalhos e evitar concentração de processos de maior complexidade em um único membro. Após os esclarecimentos prestados, os participantes concordaram com o procedimento, registrando-se que a sistemática poderá ser reavaliada futuramente, caso se revele necessária sua adequação.

4. DELIBERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Ao final das discussões, foram definidos os seguintes encaminhamentos:

- aprovar a manifestação técnica elaborada em resposta ao despacho da Comissão de Modernização da Legislação Previdenciária;
- proceder à assinatura da manifestação pelos membros do COINV e encaminhá-la à Comissão de Modernização para continuidade da instrução processual;
- manter sob responsabilidade de Camila Cavalcante a elaboração do parecer referente ao Relatório Mensal de Investimentos do mês de maio;
- disponibilizar a Kelvem Marcio Melo de Almeida o material anteriormente utilizado nas apresentações dos relatórios aos Conselhos, visando à padronização das futuras exposições;
- verificar, junto à unidade competente, a atualização das atas do COINV no Portal da Transparência; e
- adotar a sistemática de distribuição dos processos mediante listas específicas por natureza processual, com possibilidade de revisão futura, caso necessário.

5. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às 14h32. Para constar, eu, Aline Cristina Dantas Cardoso, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros presentes.

Documento assinado eletronicamente por **Bruno Conti Sequeira Leite e Silva**, **Presidente do Comitê de Investimento**, em 15/07/2026, às 13:45, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Kelvem Márcio Melo de Almeida**, **Membro do COINVEST**, em 15/07/2026, às 13:47, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Patrik Coelho de Oliveira**, **Membro do COINVEST**, em 15/07/2026, às 14:11, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Camila Cavalcante Lima**, **Membro do Comitê de Investimentos**, em 15/07/2026, às 14:14, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Aline Cristina Dantas Cardoso**, **Secretária do Comitê de Investimentos**, em 15/07/2026, às 14:49, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Sissi Maria Passelli Terossi**, **Membro do COINVEST**, em 15/07/2026, às 15:04, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço https://sei.rr.gov.br/autenticar informando o código verificador **23279485** e o código CRC **C3A4949F**.

Rua João Evangelista Pereira de Melo, 228 - Aparecida - CEP: 69.306-353
- https://www.iper.rr.gov.br

Governo do Estado de Roraima
Instituto de Previdência do Estado de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

ATA

ATA DA 729ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - COINV

Aos 23 dias do mês de junho de 2026, às 14h, realizou-se reunião por meio de videoconferência, com a participação dos membros do Comitê de Investimentos - COINV, com a finalidade de apreciação do Parecer Técnico referente ao Relatório Mensal de Investimentos do mês de maio de 2026, seguida da deliberação do Comitê e da apresentação de informes administrativos.

1. PRESENÇAS

Participaram da reunião os membros abaixo relacionados:

- Bruno Conti Sequeira Leite e Silva - Presidente;
- Camila Cavalcante Lima - Membra;
- Kelvem Márcio Melo de Almeida - Membro;
- Patrik Coelho de Oliveira - Membro;
- Sissi Maria Passelli Terossi - Membra; e
- Aline Cristina Dantas Cardoso - Secretária.

2. ORDEM DO DIA

I - Apresentação e apreciação do Parecer Técnico referente ao Relatório Mensal de Investimentos do mês de maio de 2026;

II - Deliberação acerca da aprovação do parecer elaborado pelo Comitê de Investimentos; e

III - Informes administrativos relativos às apresentações dos relatórios aos Conselhos do Instituto e demais assuntos de interesse do Comitê.

3. DESENVOLVIMENTO

O Presidente do Comitê, Bruno Conti Silva, declarou aberta a reunião ordinária e informou que a pauta consistia na apresentação do Parecer Técnico referente ao Relatório Mensal de Investimentos da competência de maio de 2026, elaborado pela membro Camila Cavalcante Lima.

Na sequência, foi concedida a palavra à relatora, que apresentou o parecer elaborado a partir da análise dos demonstrativos de rendimento e dos relatórios encaminhados pela Diretoria de Investimento e Arrecadação, observando as disposições da Política de Investimentos para o exercício de 2026 e da Resolução CMN n. 5.272, de 18 de dezembro de 2025.

Inicialmente, Camila Cavalcante Lima realizou análise do cenário macroeconômico internacional e nacional, destacando que o ambiente externo permanecia marcado por incertezas decorrentes das tensões geopolíticas no Oriente Médio, com reflexos sobre os mercados financeiros, os preços das commodities e

as perspectivas de crescimento econômico mundial. No cenário doméstico, registrou a continuidade do processo de desaceleração gradual da atividade econômica, em conjunto com a permanência de um mercado de trabalho resiliente e de indicadores inflacionários ainda superiores ao centro da meta estabelecida.

A relatora destacou, ainda, a recente decisão do Comitê de Política Monetária - COPOM de reduzir a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual, situando a taxa Selic em 14,25% ao ano, ressaltando que as futuras decisões permanecerão condicionadas ao comportamento da inflação, das expectativas do mercado e da evolução do cenário econômico.

Na análise específica da carteira de investimentos do Instituto, Camila Cavalcante Lima informou que o Fundo Previdenciário apresentou rentabilidade positiva de 0,94% no mês de maio, correspondente ao atingimento de 89,52% da meta atuarial mensal, enquanto a carteira do Sistema de Proteção Social dos Militares - SPSM registrou rentabilidade de 1,05%, superando a respectiva meta atuarial do período.

Esclareceu que, embora a carteira previdenciária não tenha atingido integralmente a meta mensal, ambas as carteiras permaneceram integralmente enquadradas na legislação vigente e na Política de Investimentos, mantendo indicadores de risco controlados e adequada diversificação dos ativos.

Prosseguindo, apresentou análise da composição da carteira consolidada do Instituto, destacando que o patrimônio atingiu aproximadamente R$ 8,274 bilhões ao final do mês de maio, representando crescimento em relação ao mês anterior, impulsionado principalmente pelo desempenho positivo dos investimentos em renda fixa.

Durante a apresentação, ressaltou que os ativos de renda fixa pública permaneceram como principal fonte de resultado da carteira, especialmente os fundos pós-fixados atrelados ao CDI e os fundos indexados à inflação e aos índices IMA-B. Em contrapartida, observou que os investimentos em renda variável apresentaram desempenho negativo no período, acompanhando a retração do mercado acionário, embora seus impactos tenham sido reduzidos em razão da baixa representatividade dessa classe de ativos na carteira do Instituto.

Em relação às perspectivas para os próximos meses, Camila Cavalcante Lima destacou que o atual cenário de redução gradual da taxa Selic tende a favorecer ativos prefixados e indexados à inflação, mantendo, contudo, a necessidade de acompanhamento permanente dos riscos decorrentes do cenário econômico nacional e internacional.

Ao concluir a apresentação, consignou que o patrimônio do Instituto permaneceu sólido, com carteira predominantemente composta por títulos públicos federais e fundos de renda fixa de baixo risco, observando integralmente a legislação aplicável e as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos.

Após a exposição, Bruno Conti Silva manifestou concordância com o conteúdo do parecer e registrou não possuir ressalvas quanto ao documento apresentado.

Em seguida, Camila Cavalcante Lima consultou os membros acerca da formatação de uma das tabelas constantes do parecer, oportunidade em que Kelvem Marcio Melo de Almeida informou que o documento mantinha o mesmo padrão adotado nas manifestações anteriores, não identificando necessidade de alterações relevantes.

Diante da concordância dos presentes, ficou consignada a aprovação do parecer, autorizando-se sua assinatura pelos membros do Comitê.

Na sequência, Bruno Conti Silva apresentou informes administrativos, comunicando que as apresentações do Relatório Mensal de Investimentos aos Conselhos do Instituto já se encontravam programadas, ficando Sissi Terossi responsável pela apresentação ao Conselho Estadual de Previdência e Kelvem Marcio Melo de Almeida pela apresentação ao Conselho do Sistema de Proteção Social dos Militares.

Durante os informes, Kelvem Marcio Melo de Almeida solicitou orientações acerca da formalização das certificações obtidas pelos membros do Comitê em curso de capacitação recentemente concluído. Em resposta, Bruno Conti Silva esclareceu que os certificados deveriam ser encaminhados à Gerência de Gestão de Pessoas para atualização funcional e também à unidade responsável pelo cadastro no CADPREV.

Na oportunidade, Patrik Coelho de Oliveira informou que já havia realizado o encaminhamento de sua certificação ao setor competente e sugeriu a centralização do envio dos certificados dos demais membros, a fim de facilitar a atualização cadastral junto ao CADPREV.

Após as discussões, os participantes concordaram com a centralização da documentação sob a coordenação de Kelvem Marcio Melo de Almeida, que ficará responsável por reunir os certificados e promover o encaminhamento às unidades competentes.

4. DELIBERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Ao final da reunião, foram definidos os seguintes encaminhamentos:

- aprovar o Parecer Técnico referente ao Relatório Mensal de Investimentos da competência de maio de 2026;
- proceder à assinatura do parecer pelos membros do COINV;
- manter as apresentações do relatório perante os Conselhos do Instituto, ficando Sissi Terossi responsável pela apresentação ao Conselho Estadual de Previdência e Kelvem Marcio Melo de Almeida pela apresentação ao Conselho do Sistema de Proteção Social dos Militares;
- centralizar, sob a coordenação de Kelvem Marcio Melo de Almeida, o recebimento dos certificados de conclusão do curso de capacitação dos membros do Comitê; e
- encaminhar os certificados às unidades competentes para atualização funcional e cadastramento das certificações no sistema CADPREV.

5. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às 14h35. Para constar, eu, Aline Cristina Dantas Cardoso, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros presentes.

Documento assinado eletronicamente por **Bruno Conti Sequeira Leite e Silva**, **Presidente do Comitê de Investimento**, em 15/07/2026, às 13:45, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Kelvem Márcio Melo de Almeida**, **Membro do COINVEST**, em 15/07/2026, às 13:47, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Patrik Coelho de Oliveira**, **Membro do COINVEST**, em 15/07/2026, às 14:11, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Camila Cavalcante Lima**, **Membro do Comitê de Investimentos**, em 15/07/2026, às 14:14, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Aline Cristina Dantas Cardoso**, **Secretária do Comitê de Investimentos**, em 15/07/2026, às 14:51, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Sissi Maria Passelli Terossi**, **Membro do COINVEST**, em 15/07/2026, às 15:05, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço https://sei.rr.gov.br/autenticar informando o código verificador **23280430** e o código CRC **A4F0581F**.

Rua João Evangelista Pereira de Melo, 228 - Aparecida - CEP: 69.306-353
- https://www.iper.rr.gov.br

Governo do Estado de Roraima
Instituto de Previdência do Estado de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

ATA

ATA DA 730ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - COINV E DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA - CEP

Aos 25 dias do mês de junho de 2026, às 14h, realizou-se reunião por meio de videoconferência, com a participação conjunta dos membros do Comitê de Investimentos - COINV e os membros do Conselho Estadual de Previdência - CEP do Instituto de Previdência do Estado de Roraima - IPER, com a finalidade de analisar o desempenho da carteira de investimentos referente ao mês de maio de 2026, avaliar os resultados obtidos no período e deliberar sobre a manutenção das estratégias de alocação dos recursos previdenciários.

1. PRESENÇAS

Participaram da reunião os membros abaixo relacionados:

- Bruno Conti Sequeira Leite e Silva - Presidente;
- Camila Cavalcante Lima - Membra;
- Kelvem Márcio Melo de Almeida - Membro;
- Patrik Coelho de Oliveira - Membro;
- Sissi Maria Passelli Terossi - Membra; e
- Aline Cristina Dantas Cardoso - Secretária.

2. ORDEM DO DIA

I - Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, referente ao mês de maio de 2026;

II - Análise do desempenho da carteira de investimentos, do atingimento da meta atuarial e dos indicadores de risco;

III - Esclarecimentos acerca do cenário macroeconômico, das perspectivas para a carteira de investimentos e da estratégia de aplicação dos recursos previdenciários; e

IV - Discussão sobre os impactos da redução da taxa Selic e das futuras aquisições de títulos públicos federais.

3. DESENVOLVIMENTO

O Presidente do COINVEST, Bruno Conti Silva, declarou aberta a reunião conjunta, dando as boas-vindas aos membros do Comitê de Investimentos e aos conselheiros do Conselho Estadual de Previdência. Na oportunidade, registrou o retorno de Leandro Almeida à Presidência do CEP, desejando-lhe êxito na condução dos trabalhos.

Em seguida, Leandro Almeida agradeceu as boas-vindas, informou que se encontrava em processo de reintegração às atividades do Conselho em razão de sua recente nomeação e posse, colocando-se à disposição para acompanhar as apresentações e deliberações do colegiado.

Na sequência, Bruno Conti Silva informou que, conforme deliberação anteriormente adotada pelo Comitê de Investimentos, a apresentação do Relatório Mensal de Investimentos perante o Conselho Estadual de Previdência seria realizada pela membro Sissi Terossi. Contudo, em razão de solicitação da própria relatora para alteração da distribuição das apresentações, foi acordada a inversão das relatorias, ficando Kelvem Marcio Melo de Almeida responsável pela apresentação do relatório ao Conselho Estadual de Previdência - CEP, enquanto Sissi Terossi realizaria a apresentação perante o Conselho do Sistema de Proteção Social dos Militares - CEPSM.

Em ato contínuo, Bruno Conti Silva concedeu a palavra ao membro relator Kelvem Marcio Melo de Almeida, responsável pela apresentação do Relatório Mensal de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, referente à competência de maio de 2026.

Inicialmente, Kelvem Marcio Melo de Almeida apresentou o resumo executivo da carteira de investimentos, informando que o patrimônio líquido do Fundo Previdenciário alcançou aproximadamente R$ 7,66 bilhões, registrando rentabilidade mensal de 0,94% e rentabilidade acumulada no exercício de 5,78%, superior à meta atuarial acumulada de 5,63%, evidenciando a manutenção do equilíbrio atuarial e da estratégia conservadora adotada pelo Instituto.

Prosseguindo, apresentou análise comparativa entre a rentabilidade mensal e a meta atuarial, esclarecendo que, embora o resultado do mês de maio tenha permanecido ligeiramente abaixo da meta estabelecida, o desempenho acumulado do exercício manteve-se superior ao índice atuarial projetado, proporcionando margem de segurança para o cumprimento dos compromissos previdenciários.

Na análise do cenário macroeconômico, Kelvem Marcio Melo de Almeida destacou que a manutenção da taxa Selic em patamares elevados durante o período analisado favoreceu os investimentos indexados ao CDI, enquanto a significativa participação de ativos atrelados ao IPCA e aos índices IMA-B contribuiu para preservar o poder de compra da carteira e assegurar ganhos reais de longo prazo.

O relator ressaltou que aproximadamente 99,46% dos recursos permaneciam alocados em ativos de renda fixa, restando apenas 0,54% destinados à renda variável, característica que evidencia o perfil conservador da carteira e reduz significativamente sua exposição às oscilações dos mercados nacionais e internacionais.

Em seguida, apresentou análise dos indicadores de liquidez e risco, informando que cerca de 86,85% dos recursos encontravam-se disponíveis em prazo de até trinta dias, garantindo elevada liquidez para atendimento das obrigações previdenciárias. Esclareceu, ainda, os conceitos técnicos relativos ao Valor em Risco (VaR) e à volatilidade da carteira, demonstrando que ambos os indicadores permaneciam em níveis reduzidos e compatíveis com a estratégia de investimentos adotada pelo Instituto.

Na sequência, Kelvem Marcio Melo de Almeida apresentou a estrutura de governança dos investimentos, destacando as atribuições do Conselho Estadual de Previdência, da Presidência do Instituto, da Diretoria de Investimento, Arrecadação e Atuarial, do Comitê de Investimentos e do Conselho Fiscal, ressaltando que a atuação integrada desses órgãos fortalece os mecanismos de governança, transparência e controle da gestão previdenciária.

Ao concluir sua exposição, registrou que a carteira permaneceu integralmente enquadrada nos limites estabelecidos pela Resolução CMN n. 5.272, de 18 de dezembro de 2025 e em conformidade com a Política de Investimentos de 2026, reafirmando a sustentabilidade financeira do Regime Próprio de Previdência Social.

Encerrada a apresentação, Bruno Conti Silva agradeceu ao relator pela exposição e abriu espaço para manifestações dos membros e conselheiros.

Na oportunidade, Leandro Almeida parabenizou o Comitê de Investimentos pela qualidade técnica das apresentações, destacando a objetividade, clareza e evolução dos relatórios elaborados pelo colegiado, registrando reconhecimento pelo trabalho desenvolvido.

Em seguida, a conselheira Albanira Cordeiro questionou acerca dos impactos decorrentes da recente redução da taxa Selic sobre os investimentos do Instituto e indagou se já existia estratégia definida para mitigar os efeitos da tendência de queda dos juros.

Em resposta, Bruno Conti Silva esclareceu que a Diretoria de Investimento vem acompanhando permanentemente o cenário econômico e que, apesar da redução inicial da taxa Selic, os juros permanecem em patamar historicamente elevado, permitindo que os investimentos em renda fixa continuem apresentando desempenho satisfatório. Informou, ainda, que a estratégia aprovada pelo Instituto permanece voltada à ampliação gradual da participação em títulos públicos federais, observadas as limitações jurídicas atualmente existentes quanto às aquisições diretas, tema que continua sendo objeto de estudos pela nova Diretoria.

Esclareceu, ainda, que eventual redução gradual da taxa básica de juros produzirá impactos mais relevantes apenas no médio e longo prazo, razão pela qual o perfil conservador atualmente adotado continua compatível com os objetivos atuariais do Instituto.

Na sequência, o conselheiro Rondinelli Pereira registrou que as recentes alterações administrativas ocorridas no âmbito do Instituto, com a substituição dos ocupantes dos cargos de direção, recomendam aguardar a definição da nova equipe gestora para prosseguimento das discussões relativas à estratégia de aquisição direta de títulos públicos federais, manifestação acolhida pelos participantes.

Ao final das discussões, Bruno Conti Silva ressaltou a importância das reuniões conjuntas entre o COINV e o Conselho Estadual de Previdência, destacando que esses encontros fortalecem a transparência da gestão, promovem maior integração entre os órgãos colegiados e possibilitam acompanhamento permanente da evolução da carteira de investimentos.

4. DELIBERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Ao término da reunião, restaram registrados os seguintes encaminhamentos:

- registrar a alteração da distribuição das apresentações do Relatório Mensal de Investimentos, ficando Kelvem Marcio Melo de Almeida responsável pela apresentação perante o Conselho Estadual de Previdência - CEP e Sissi Terossi responsável pela apresentação perante o Conselho do Sistema de Proteção Social dos Militares - CEPSM, conforme solicitação da relatora e anuência dos membros do Comitê;
- registrar a apresentação do Relatório Mensal de Investimentos do RPPS referente ao mês de maio de 2026 perante o Conselho Estadual de Previdência;
- manter o acompanhamento permanente do desempenho da carteira de investimentos e dos indicadores de risco e rentabilidade;
- acompanhar os desdobramentos do cenário macroeconômico, especialmente quanto aos impactos da redução da taxa Selic sobre os investimentos do Instituto;
- aguardar a consolidação da nova gestão da Diretoria de Investimento, Arrecadação e Atuarial para continuidade das discussões relativas à estratégia de aquisição direta de títulos públicos federais; e
- dar continuidade às apresentações periódicas dos relatórios de investimentos perante os órgãos colegiados, fortalecendo a governança e a transparência da gestão previdenciária.

5. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às 14h33. Para constar, eu, Aline Cristina Dantas Cardoso, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros presentes.

Documento assinado eletronicamente por **Bruno Conti Sequeira Leite e Silva**, **Presidente do Comitê de Investimento**, em 15/07/2026, às 13:46, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Kelvem Márcio Melo de Almeida**, **Membro do COINVEST**, em 15/07/2026, às 13:47, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Patrik Coelho de Oliveira**, **Membro do COINVEST**, em 15/07/2026, às 14:11, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Camila Cavalcante Lima**, **Membro do Comitê de Investimentos**, em 15/07/2026, às 14:14, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Aline Cristina Dantas Cardoso**, **Secretária do Comitê de Investimentos**, em 15/07/2026, às 14:53, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Sissi Maria Passelli Terossi**, **Membro do COINVEST**, em 15/07/2026, às 15:06, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço https://sei.rr.gov.br/autenticar informando o código verificador **23281339** e o código CRC **4086C53F**.

Governo do Estado de Roraima
Instituto de Previdência do Estado de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

ATA

ATA DA 731ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - COINV E DO CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES - CEPSM

Aos 30 dias do mês de junho de 2026, às 13h44, realizou-se reunião por meio de videoconferência, com a participação conjunta dos membros do Comitê de Investimentos - COINV e dos membros do Conselho Estadual de Proteção Social dos Militares - CEPSM do Instituto de Previdência do Estado de Roraima - IPER, com a finalidade de analisar o desempenho da carteira de investimentos do Sistema de Proteção Social dos Militares referente ao mês de maio de 2026, avaliar os resultados obtidos no período e deliberar sobre a manutenção das estratégias de alocação dos recursos previdenciários.

1. PRESENÇAS

Participaram da reunião os membros abaixo relacionados:

- Bruno Conti Sequeira Leite e Silva - Presidente;
- Camila Cavalcante Lima - Membro;
- Kelvem Márcio Melo de Almeida - Membro;
- Patrik Coelho de Oliveira - Membro;
- Sissi Maria Passelli Terossi - Membro; e
- Aline Cristina Dantas Cardoso - Secretária.

Também participaram os demais membros do Conselho Estadual de Proteção Social dos Militares.

2. ORDEM DO DIA

A reunião teve como pauta a apresentação dos resultados dos investimentos do Sistema de Proteção Social dos Militares referentes ao mês de maio de 2026, contemplando a análise do desempenho da carteira, da meta atuarial, da composição dos ativos, da liquidez, da gestão de riscos, do enquadramento legal dos investimentos e dos indicadores de sustentabilidade da carteira previdenciária.

3. DESENVOLVIMENTO

A reunião foi aberta pelo Presidente do Conselho Estadual de Proteção Social dos uMilitares - CEPSM, Sr. Júlio César, que, após cumprimentar os participantes, constatou a existência de quórum para o início dos trabalhos, registrando que apenas um dos membros do Comitê de Investimentos ainda não havia ingressado na reunião, sem prejuízo à sua realização.

Antes do início da pauta principal, o Presidente solicitou aos conselheiros Alexssandro Saldanha e demais participantes que encaminhassem os certificados de conclusão do curso de capacitação, bem como o respectivo plano de capacitação, para instrução dos registros administrativos.

Na sequência, o Presidente passou a palavra ao Sr. Bruno Conti Sequeira Leite e Silva, Presidente do Comitê de Investimentos, para conduzir a apresentação do relatório de investimentos referente ao mês de maio de 2026.

Inicialmente, o Presidente do COINV informou que a relatora responsável pela apresentação ainda não havia ingressado na reunião, motivo pelo qual realizou contato para viabilizar sua participação. Após o ingresso da Sra. Sissi Maria Passelli Terossi, representante do Tribunal de Contas do Estado e membro do Comitê de Investimentos, foi iniciada a exposição técnica dos resultados.

A relatora esclareceu que a apresentação foi elaborada com base no parecer técnico produzido pela consultoria de investimentos e na análise realizada pelo Comitê de Investimentos, apresentando os principais indicadores da carteira do Sistema de Proteção Social dos Militares referentes ao mês de maio de 2026.

Foi informado que a carteira alcançou patrimônio de aproximadamente **R$ 611.846.692,00**, registrando **rentabilidade mensal de 1,05%**, superando a meta atuarial estabelecida para o período, fixada em **1,04%**, o que representou o atingimento de **100,96% da meta mensal**. No acumulado do exercício, registrou-se rentabilidade de **5,74%**, igualmente superior à meta acumulada de **5,57%**, evidenciando desempenho positivo da política de investimentos.

Em relação ao perfil da carteira, destacou-se sua característica **extra conservadora**, com predominância de investimentos em títulos públicos federais e fundos de renda fixa, representando aproximadamente **99,72% dos recursos aplicados**, enquanto a exposição à renda variável permaneceu limitada a **0,25%**, complementada por pequena participação em ETFs de renda fixa, correspondente a **0,03%** da carteira.

Também foi informado que a gestão e administração da carteira permanecem integralmente sob responsabilidade do Banco do Brasil, em gestão exclusiva, assegurando elevado nível de segurança e aderência às diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos do Instituto.

Além disso, foi ressaltado que aproximadamente **94,68% da carteira apresenta liquidez entre zero e trinta dias**, equivalente a cerca de **R$ 578,6 milhões**, proporcionando ampla capacidade para atendimento das obrigações financeiras e previdenciárias do Sistema de Proteção Social dos Militares, sem comprometer a estratégia de investimentos de longo prazo.

Prosseguindo a apresentação, a relatora informou que a carteira permanece integralmente enquadrada nos limites estabelecidos pela **Resolução CMN n. 5.272, de 18 de dezembro de 2025**, destacando que os investimentos enquadrados no art. 71, compostos por fundos lastreados em títulos públicos federais, representam aproximadamente **99,72% da carteira**, enquanto a pequena parcela destinada aos fundos de ações, prevista no art. 81 da referida Resolução, corresponde a **0,25%**, encontrando-se igualmente em conformidade com os limites legais.

No tocante ao cenário econômico, foi destacado que, mesmo diante da redução da taxa SELIC, a carteira apresentou desempenho superior à meta atuarial, demonstrando eficiência da estratégia de investimentos adotada pelo Comitê. Ressaltou-se, ainda, que o resultado positivo foi alcançado sem comprometimento da segurança da carteira, uma vez que a política de investimentos permanece concentrada em ativos públicos de baixo risco, preservando a estabilidade necessária ao cumprimento das obrigações previdenciárias de longo prazo.

A relatora informou, ainda, que o parecer técnico concluiu pela manutenção da atual estratégia de alocação dos recursos, considerando que a composição da carteira assegura equilíbrio financeiro e atuarial ao Sistema de Proteção Social dos Militares, bem como adequado controle dos riscos envolvidos.

Ao concluir a apresentação, esclareceu que os dados apresentados constituem um resumo executivo elaborado a partir dos relatórios técnicos produzidos pela consultoria especializada, ressaltando que os documentos completos, contendo análises detalhadas por fundo de investimento, cenários econômicos e demais informações técnicas, encontram-se anexados ao respectivo processo administrativo, permanecendo à disposição dos conselheiros para consulta.

Encerrada a exposição, o Presidente do CEPSM agradeceu à relatora pela apresentação e franqueou a palavra aos conselheiros para manifestações e eventuais questionamentos.

Na oportunidade, o Conselheiro Dagmar Ramalho parabenizou a clareza da apresentação e questionou se os membros do Conselho teriam acesso ao processo administrativo que instrui o relatório técnico completo, considerando a importância de consulta posterior às informações detalhadas.

Em resposta, a relatora esclareceu que o processo administrativo contém o relatório completo elaborado pela consultoria especializada, bem como o parecer consolidado produzido pelo Comitê de Investimentos, esclarecendo que a apresentação realizada na reunião contempla apenas os principais indicadores e resultados da carteira, permanecendo os documentos técnicos disponíveis para consulta pelos conselheiros.

Complementando a informação, o Presidente do Comitê de Investimentos informou que, caso algum membro não possuísse acesso ao processo eletrônico, seria disponibilizado o número do processo administrativo ou realizado o encaminhamento das informações necessárias para viabilizar a consulta aos documentos.

O Conselheiro Dagmar registrou que as informações apresentadas durante a reunião eram suficientes para subsidiar o acompanhamento técnico das aplicações financeiras, destacando que o acesso ao relatório completo permitiria apenas maior aprofundamento das análises realizadas pelo colegiado.

Em seguida, o Presidente do CEPSM informou que verificaria o processo correspondente aos relatórios mensais de investimentos e providenciaria o compartilhamento do respectivo número com os conselheiros, possibilitando amplo acesso aos documentos técnicos produzidos pela consultoria e pelo Comitê de Investimentos.

Não havendo outros questionamentos, o Presidente registrou reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo Comitê de Investimentos, ressaltando que os resultados apresentados demonstram transparência, responsabilidade técnica e adequada gestão dos recursos previdenciários. Destacou, ainda, a satisfação do Conselho ao verificar, mês após mês, o cumprimento da política de investimentos e a superação da meta atuarial, evidenciando que os recursos do Sistema de Proteção Social dos Militares permanecem sendo administrados com segurança, prudência e observância da legislação aplicável.

Da mesma forma, o Presidente do Comitê de Investimentos agradeceu à relatora pela apresentação realizada, enfatizando a importância da realização periódica das reuniões conjuntas entre o COINV e o CEPSM para manter o colegiado permanentemente atualizado quanto ao desempenho da carteira, aos resultados obtidos, ao comportamento do mercado financeiro e ao acompanhamento da Política de Investimentos, reforçando que a transparência das informações fortalece a governança e o processo decisório do Instituto.

4. DELIBERAÇÕES/ENCAMINHAMENTOS

- ficou consignado que a apresentação dos investimentos do Sistema de Proteção Social dos Militares referente ao mês de maio de 2026 foi realizada pela membro do Comitê de Investimentos, **Sissi Maria Passelli Terossi**, com base no parecer técnico elaborado a partir dos relatórios produzidos pela consultoria especializada e pelo Comitê de Investimentos;
- foi registrado que a carteira de investimentos alcançou patrimônio aproximado de **R$ 611.846.692,00**, apresentando rentabilidade mensal de **1,05%**, superior à meta atuarial de **1,04%**, correspondendo ao atingimento de **100,96% da meta mensal;**
- restou consignado que, no acumulado do exercício, a carteira registrou rentabilidade de **5,74%**, superando a meta atuarial acumulada de **5,57%**, evidenciando a efetividade da política de investimentos adotada;
- ficou registrado que a carteira permanece com perfil **extra conservador**, apresentando predominância de investimentos em títulos públicos e fundos de renda fixa, representando aproximadamente **99,72%** dos ativos, mantendo reduzida exposição à renda variável e observando integralmente os limites previstos na **Resolução CMN n. 5.272, de 2025;**
- foi consignado que aproximadamente **94,68%** da carteira apresenta liquidez de até 30 (trinta) dias, garantindo capacidade financeira para atendimento das obrigações previdenciárias do Sistema de Proteção Social dos Militares;
- ficou registrado que os relatórios técnicos completos, bem como os pareceres emitidos pelo Comitê de Investimentos, permanecem disponíveis no processo administrativo correspondente, devendo ser disponibilizado aos conselheiros o respectivo número do processo para consulta, quando necessário;
- registrou-se o reconhecimento do Conselho Estadual de Proteção Social dos Militares quanto ao desempenho apresentado pela carteira de investimentos, destacando a transparência das informações,

a adequada gestão dos recursos previdenciários e o cumprimento da Política de Investimentos;

- ficou consignada a solicitação para que os conselheiros encaminhem, em formato PDF, os certificados de conclusão dos cursos de capacitação e respectivos documentos relacionados ao plano de capacitação, para fins de instrução administrativa;
- deliberou-se, em princípio, pela alteração da data da próxima reunião ordinária para o dia **3 de julho de 2026**, condicionada à confirmação da disponibilidade dos demais conselheiros; e
- restou consignado o encerramento da reunião após as manifestações finais dos participantes.

5. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 14h33. Para constar, eu, Aline Cristina Dantas Cardoso, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros presentes.

Documento assinado eletronicamente por **Camila Cavalcante Lima**, **Membro do Comitê de Investimentos**, em 15/07/2026, às 15:28, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Aline Cristina Dantas Cardoso**, **Secretária do Comitê de Investimentos**, em 15/07/2026, às 15:29, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Patrik Coelho de Oliveira**, **Membro do COINVEST**, em 15/07/2026, às 15:40, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Sissi Maria Passelli Terossi**, **Membro do COINVEST**, em 15/07/2026, às 15:44, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Kelvem Márcio Melo de Almeida**, **Membro do COINVEST**, em 15/07/2026, às 15:51, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço https://sei.rr.gov.br/autenticar informando o código verificador **23282847** e o código CRC **2EAE875F**.